

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE****INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

Nota Técnica nº 12/2021/CTBio/DIBIO/ICMBio

Vitória-ES, 18 agosto de 2021

Assunto: Avaliação do documento “PG-28 - Conservação da Biodiversidade Aquática, Definição do Programa - Etapa 3, Setembro/2020” - Ofício Fundação Renova FR.2020.1569, SEI nº 7902776 e seus respectivos documentos - SEI nº 7902782 e nº 7902794 - Atendimento às Cláusulas 164, 165, 166 e 203 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC).

**1. DESTINATÁRIO**

Comitê Interfederativo - CIF.

**2. INTERESSADO**

Comitê Interfederativo - CIF;

Fundação RENOVA;

**3. REFERÊNCIA**

Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta - TTAC, celebrado entre União, estados de Minas Gerais, Espírito Santo e as empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil LTDA;

Documentos gerados no âmbito do sistema CIF para as Cláusulas 164, 165 e 166 (documentos técnicos, relatórios, Planos de Trabalho, Deliberações CIF, Atas de reuniões do CIF e da CT-Bio, Correspondências oficiais, entre outros);

Ofício RENOVA OFI.NII.122017.1879, de 31 de janeiro de 2018 (SEI 2454401) - Definições dos programas e indicadores;

*Workshop* para definição de Indicadores de Resultados da Biodiversidade - Programas 28 e 30, nos dias 12 e 13 de dezembro de 2019;

Relatório de Consolidação dos Resultados do “*Workshop* para definição de Indicadores de Resultados da Biodiversidade - Programas 28 e 30”, de janeiro de 2020 - SEI 6554674;

Oficina de Revisão dos Programas da CTBio, nos dias 20 e 21 de janeiro de 2020 e respectivos documentos;

Ofício Fundação Renova FR.2020.0596 que encaminha o Relatório Final de Indicadores de Resultados - PG28 e PG30, de 16 de abril de 2020;

Relatório de Definição dos Indicadores de Biodiversidade (PG30 e PG28), de abril de 2020;

Ata da 10ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade (CTBio), de 17 de janeiro de 2020, com preparação para Oficina de Revisão dos Programas da CTBio;

Ata da 43ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade (CTBio), de 04 de fevereiro de 2020;

Ofício Fundação Renova FR.2020.1569, SEI nº 7902776 que encaminha a nova versão do documento de definição do Programa 28 - Conservação da Biodiversidade Aquática - Etapa 3, de Setembro/2020 - SEI nº 7902782 e nº 7902794;

Ata da 48ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade (CTBio), de 11 de dezembro de 2020.

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO/ANÁLISE TÉCNICA/PARECER

O documento em análise é a nova versão do documento de definição do Programa 28 – Conservação da Biodiversidade Aquática - Ofício Fundação Renova FR.2020.1569, SEI nº 7902776 e seus respectivos documentos - SEI nº 7902782 e nº 7902794, o qual foi elaborado e enviado conforme acordado durante a Oficina de Revisão dos Programas da CTBio, realizada nos dias 20 e 21 de janeiro de 2020, conduzida pela Falconi com a participação dos representantes da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade (CTBio) e Fundação Renova, em atendimento às Cláusulas 164, 165, 166 e 203 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC). O conteúdo desta Nota Técnica reflete o entendimento dos órgãos integrantes da CTBio, cuja coordenação cabe atualmente ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

#### 5. ANÁLISE TÉCNICA

##### 5.1 Quanto ao Ofício Fundação Renova FR.2020.1569

O documento aponta que o processo de definição do Programa 28 foi realizado por meio da Oficina de Revisão dos Programas da CTBio realizada nos dias 20 e 21 de janeiro de 2020, conduzida pela Falconi (com a participação de representantes da CTBio e Fundação Renova) e *posterior validação pela governança interna da Fundação Renova (FR)*. Com isso, a FR excluiu/incluiu trechos ao documento que não foram acordados com a CTBio,. **A partir disso, todas as inclusões/exclusões realizadas pela governança da FR devem ser desconsideradas, de forma a legitimar o**

**resultado produzido durante o processo participativo.** Um exemplo pode ser elencado a partir do objetivo geral do programa, no qual a FR inseriu o nexo da causalidade nos objetivos geral e específicos, ou seja, *ambientes comprovadamente impactados pelo rompimento da barragem de Fundão*, divergindo do posicionamento já discutido e alinhado com a CTBio diversas vezes. Com isso, o termo “*ambientes comprovadamente impactados pelo rompimento da barragem de Fundão*” deverá ser excluído do conteúdo do Ofício e do documento de definição do PG28.

Outro ponto inapropriado a partir da validação interna da Fundação Renova trata sobre “*implantar uma ação para construir definição para o termo ‘conservação’ à luz do TTAC*”, uma vez que o comitê considera que o termo “conservação” extrapola o TTAC. Lembramos que o TTAC definiu os programas socioambientais da seguinte forma: “*PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS: conjunto de medidas e de ações a serem executadas de acordo com um plano tecnicamente fundamentado, necessárias à **reparação e compensação** pelos danos socioambientais decorrentes do EVENTO, fiscalizadas e supervisionadas pelo PODER PÚBLICO, nos termos do ACORDO*. Ainda, o TTAC considera que “*as medidas compensatórias devem ser proporcionais aos impactos não reparáveis ou não mitigáveis advindos do EVENTO, tendo, dentre outras previstas neste Acordo, a finalidade de acelerar o processo de recuperação da Bacia do Rio Doce, regiões estuarinas, costeiras e marinha, em especial a qualidade e a quantidade de águas nos tributários e assim na calha principal impactada*”. Dessa forma, considerando que a conservação é uma medida reparatória ou compensatória prevista no TTAC, não há motivo para discussão sobre esse termo no âmbito do PG28.

A validação interna da Fundação Renova sugere substituir “*Contratação de universidades para execução dos monitoramentos...*” por “*Contratação de instituições e profissionais com a expertise adequada para execução dos monitoramentos...*” entretanto a CTBio não concorda com esta substituição, considerando a qualidade e confiabilidade dos dados gerados pelas instituições de pesquisa. Dessa forma, sugere-se alterar para “*Contratação de instituições de ensino e/ou pesquisa para execução dos monitoramentos...*”.

Também na seção sobre as validações realizadas pelo comitê da FR, na página 5 do Ofício consta a frase de difícil entendimento: “*Foi solicitada pelo comitê a alteração do termo TR para Termo de Referência acordado pela Renova, porém o programa não atendeu por não ter tido oportunidade de discutir estes Termos de Referências*”. Dessa forma, não avaliamos a informação por não entendermos seu conteúdo.

Quanto ao cronograma, a alteração a partir da validação interna da Fundação Renova está em desacordo com a Proposta do Plano de Ação para Recuperação e Conservação da Fauna Aquática da Bacia do Rio Doce aprovada pela CTBio por meio do Ofício SEI nº 29/2021-CTBio/DIBIO/ICMBio, onde a duração do Plano de Ação é de 10 anos, pois foi retirada a palavra “*máximo*” da frase.

Quanto ao objetivo específico 1 há equívoco no que se refere à Cláusula 164, pois a *alínea a*, apesar de se tratar de “*estudo populacional da ictiofauna de água doce da calha e tributários do rio Doce...*”, não contemplou em sua execução a caracterização da composição, estrutura e aspectos populacionais da ictiofauna, mas sim uma caracterização da ictiofauna local. Dessa forma, a redação deverá ser modificada de forma a retirar “*aspectos populacionais*”. Uma vez que a Cláusula já foi encerrada, o estudo populacional deverá ser contemplado durante o cumprimento da *alínea c* (Plano de Ação), em execução.

No objetivo específico 2, que representa a *alínea b* da Cláusula 164, possui redação correta no Ofício, entretanto difere do objetivo específico apresentado no documento, onde cita que foi realizada “*avaliação do estado de conservação de espécies de peixes e invertebrados aquáticos nativos da bacia do rio Doce, em áreas impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão...*” devendo esta última frase ser excluída do documento de definição do Programa 28. Em complemento a isso, a área utilizada no estudo foi a bacia do rio Doce e não apenas as áreas impactadas pelo rejeito.

Algo semelhante ocorreu no objetivo específico 3, pertencente à *alínea c*, que apesar de correto, difere do objetivo específico apresentado no documento de definição do Programa 28, onde a frase “*...nos ambientes que foram comprovadamente impactados pelo rompimento da barragem de Fundão...*” deve ser excluída, uma vez que a Oficina de Planejamento do Plano de Ação já iniciou e está considerando a área de estudo a bacia do rio Doce, assim como apresentado no próprio Ofício da Fundação Renova. Esse objetivo deverá abordar o estudo populacional que não executado na *alínea a*. Sugerimos a seguinte redação “*Elaborar, implementar e monitorar medidas para a recuperação e conservação da fauna aquática da*

bacia do rio Doce (Plano de Ação para Conservação). O monitoramento das ações deverá contemplar estudos populacionais das espécies alvo do PA”.

No que se refere a Cláusula 165, o objetivo específico 5, tanto no Ofício quanto no documento apresenta a informação “...*executar o monitoramento em um período de cinco anos*”. Entretanto, este ponto foi assunto de ampla discussão durante a Oficina de Revisão dos Programas, e o mais sensato seria substituir por “...*executar o monitoramento em um período de **no mínimo** cinco anos*” para possibilitar averiguação e decisão sobre a necessidade ou não de ampliação do período do monitoramento.

O texto do objetivo específico 7, da Cláusula 166, difere do apresentado no documento de definição do Programa 28.

Quanto ao escopo, se faz necessário padronizar a nomenclatura do Plano de Ação para Recuperação e Conservação da Fauna Aquática da Bacia do Rio Doce, conforme acordado com a CTBio e constante no TTAC.

## 5.2 Quanto à nova versão do documento de definição do Programa 28 - Conservação da Biodiversidade Aquática - Etapa 3:

### 5.2.1 Análise quanto aos objetivos do PG28

Novamente, conforme já comentado acima no item 5.1, o documento *PG 28 - Conservação da Biodiversidade Aquática, Definição do Programa - Etapa 3*, trouxe o trecho “***nos ambientes que foram comprovadamente impactados pelo rompimento da barragem de Fundão***” no objetivo geral do programa. No entanto, esse trecho não consta no objetivo definido durante a Oficina de Revisão dos Programas da CTBio e deverá ser excluído do documento.

Nos objetivos específicos há equívocos no que se refere à Cláusula 164, *alíneas a, b e c* já relatados no item 5.1 desta Nota Técnica.

Ainda nos objetivos específicos, detectamos inconsistências em relação à Cláusula 166, que informa “*Planejar e executar eventuais ações de contingência associadas ao monitoramento da biodiversidade e seus habitats da foz do rio Doce, atendendo aos impactos e riscos relacionados ao rompimento...*”. No entanto, todos ambientes aquáticos, incluindo dulcícolas do estado do Espírito Santo e de Minas Gerais, estão cobertos nesta cláusula e não somente os habitats estuarinos e marinhos, tendo em vista que serão subsidiados pelos estudos advindos da Cláusula 165.

No item 4.1.3 sobre as Diretrizes do Programa é apresentada a informação “*Periodicamente promover a revisão dos Termos de Referência 1 a 4...*” entretanto, somente o Termo de Referência 4, pertencente à Cláusula 165, passou por revisão após um ano de execução, para os demais só houve ajustes aos Planos de Trabalhos elaborados com base nos Termos de Referências (1 à 3).

### 5.2.2 Análise quanto aos indicadores do PG28

Conforme documento *PG 28 - Conservação da Biodiversidade Aquática, Definição do Programa – Etapa 3*, a FR apresentou apenas três indicadores para todo o PG 28, sendo eles:

*Execução de campanha de campo (Cláusula 165);*

*Execução do Plano de Ação para Recuperação e Conservação (Cláusula 164);*

*Execução das ações contingenciais (Cláusula 166).*

Esta análise atesta que esses indicadores não podem ser considerados tão somente para o PG28, pois tratam de indicadores de processo e não focam nos resultados das ações do programa. Aparentemente a FR ignorou todas as recomendações definidas no “*Workshop para definição de Indicadores de Resultados da Biodiversidade – Programas 28 e 30*”, no “*Relatório de Definição dos Indicadores de Biodiversidade (PG30 e PG28)*” e as discussões realizadas na Oficina que ocorreu em Janeiro de 2020 e conduzida pela Falconi. Nos relatórios *Relatório de Consolidação dos*

Resultados do “Workshop para definição de Indicadores de Resultados da Biodiversidade - Programas 28 e 30” e “Relatório de Definição dos Indicadores de Biodiversidade (PG30 e PG28)” são apresentados dez critérios e seis premissas que deveriam ter sido considerados para a elaboração dos indicadores. No entanto, todos esses requisitos foram negligenciados pela FR e nenhum indicador de resultado foi, então, elaborado.

Ainda, o Relatório de Consolidação dos Resultados do “Workshop para definição de Indicadores de Resultados da Biodiversidade – Programas 28 e 30” apresenta uma série de sugestões de indicadores que foram escolhidos a partir de uma lista de indicadores gerais, elencados por terem o potencial para indicar a efetividade das ações em execução. Os indicadores gerais elencados foram: 1) Indicadores de qualidade ambiental; 2) Biomarcadores de estresse; 3) Composição e estrutura de comunidades aquáticas; 4) Espécies de interesse de conservação; 5) Indicadores da estrutura e integridade do habitat nas escalas da paisagem e regional. A partir disso, houve etapas de refinamento e avaliação dos indicadores propostos, apresentados no documento “Relatório de Definição dos Indicadores de Biodiversidade (PG30 e PG28), de abril de 2020”. Nesse documento, alguns indicadores foram avaliados como adequados, porém com necessidade de refinamento..Ainda, o Ofício FR.2020.0596, que encaminha esse relatório, traz a seguinte passagem:

*“Diante do exposto, o relatório já foi compartilhado com a Rede Rio Doce Mar - RRDM, para uma evolução das contribuições, no caminho da construção de propostas de sistemas de bioindicação, orientados pelas recomendações, sugestões e solicitações constantes no relatório produzido pela equipe do Instituto Ekos. Então, para dar continuidade ao processo de definição de indicadores para o PG28, pretendemos posteriormente apresentar uma nova versão do Relatório Final de Indicadores já considerando o retorno dos especialistas da RRDM.*

Conforme relatos acima, existe uma lacuna de informações entre o relatório entregue em abril de 2020 e o relatório em análise (entregue em setembro de 2020). Mesmo que não houvesse concordância com as propostas revisadas pela RRDM, a Fundação Renova deveria ter apresentado a nova versão do relatório Final de Indicadores e as justificativas técnicas para a não adoção das propostas. Esse relatório, no entanto, foi sequer mencionado no documento “PG-28 - Conservação da Biodiversidade Aquática, Definição do Programa - Etapa 3”.

### 5.2.3 Análise quanto às soluções desenvolvidas pela FR para a execução das ações do programa

A FR apresenta como estratégia de engajamento para a execução das ações relacionadas às Cláusulas 164, 165 e 166:

*Apresentar os resultados/requisitos dos monitoramentos para verificar uso em outras iniciativas ou emprego das ações de outros programas; alinhar junto aos gerentes de território os projetos que serão conduzidos em suas áreas.*

Essa estratégia foi desenvolvida como forma de se atingir os seguintes resultados:

*Evitar ações sobrepostas e contratações duplicadas; garantir apoio às equipes em campo pela gerenciadora; evitar atrasos em atividades de campo. Buscar a rápida solução de controvérsias e lacunas de orientação/planejamento/execução, visando a eficácia e tempestividade das ações.*

Apesar do foco dessa análise se basear na construção das soluções elaboradas pela FR e não seu cumprimento, não é possível ignorar o descumprimento dessas estratégias, propostas pela própria FR. Um exemplo claro dessa questão se refere aos projetos contratados pelo Edital da Chamada 10 FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), nos quais foram encontradas várias sobreposições de objetivos, pontos amostrais, grupos e variáveis de estudo.

Nesse mesmo contexto, também houve descumprimento em relação à estratégia:

*Garantir mecanismos para que estes atores (nesse caso, associações de pescadores e comitês de bacia) sejam partícipes da construção do Plano de Ação.*

No entanto, as Oficinas para elaboração do Plano de Ação não contaram com a participação desses atores, que foram considerados estratégicos pela própria FR.

Em relação à aplicação de revisão crítica em formato de *peer review* nos relatórios técnicos produzidos no âmbito de todo o programa, a fim de promover um processo transparente entre as partes envolvidas, é fundamental que a FR defina previamente, no Programa, em quais situações serão necessárias a aplicação deste tipo de revisão, ou se será aplicada para todos os produtos sem julgamento parcial do produto, de forma, como o próprio documento traz, de promover o acréscimo de qualidade em busca de boa ciência para avaliação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

A definição do programa, suas diretrizes e indicadores devem ser o documento guia para o gerenciamento da FR. Assim, solicitamos que sejam criados indicadores de processo para diferentes estratégias e soluções.

## 6. CONCLUSÃO E/OU PROPOSIÇÃO

### 6.1 Considerando que:

I - A Fundação Renova, por meio do seu comitê de governança, modificou trechos do texto do PG28 sem acordo com a CTBio, deslegitimando o resultado produzido durante o processo participativo da Oficina;

II - Não foram elaboradas justificativas técnicas pela Fundação Renova para a não adoção dos indicadores discutidos no *Workshop para definição de Indicadores de Resultados da Biodiversidade – Programas 28 e 30, de dezembro de 2019*, e pelo “*Relatório de Definição dos Indicadores de Biodiversidade (PG30 e PG28)*”, de abril de 2020”;

III - O documento apresentado em outubro de 2020 consta a informação de que “*Os demais indicadores estão sendo confeccionados e serão utilizados para acompanhamento dos resultados do programa*”. No entanto, os mesmos não foram apresentados no primeiro semestre de 2021 e deveriam conter as revisões da RRDM.;

IV - A Fundação Renova não considerou as premissas e critérios que foram estabelecidos para a definição dos indicadores;

V - Os indicadores apresentados pela FR são rasos e se relacionam a processos, não medindo o resultado das ações do programa;

VI - A FR não utiliza as diretrizes e soluções elaboradas para o Programa como forma de acompanhamento;

VII - Em nenhum momento a FR abordou a questão do desenvolvimento, implantação e publicação do banco de dados da biodiversidade aquática;

Concluimos, portanto, que a nova versão do documento de definição do Programa 28 - Conservação da Biodiversidade Aquática - Ofício Fundação Renova FR.2020.1569, SEI/ICMBIO nº 7902776 e seus respectivos documentos - SEI/ICMBIO nº 7902782 e nº 7902794 necessitam de ajustes conforme os itens indicados no corpo desta Nota Técnica. E desta forma, solicitamos que a coordenação da CTBio encaminhe esta Nota Técnica à Fundação Renova, para as devidas providências.

### 6.2 Encaminhamentos:

1. A Fundação Renova deverá retirar as modificações realizadas no texto do PG28 por meio do seu comitê de governança interno;
2. A Fundação Renova deverá enviar nova proposta de **indicadores de resultado** que avaliem corretamente a eficácia e a efetividade das ações do Programa 28 (PG28) considerando as premissas, critérios e avaliações presentes no “*Relatório de Definição dos Indicadores de*

*Biodiversidade (PG30 e PG28), de abril de 2020”;*

3. A Fundação Renova também deverá criar **indicadores de processo** para as estratégias estabelecidas dentro do PG28, de forma a monitorar sua execução. Esses indicadores, inclusive, devem abordar as ações vinculadas a outros programas e câmaras técnicas;
4. A Fundação Renova deverá atualizar o cronograma do PG28;
5. A Fundação Renova deverá incluir o desenvolvimento, implantação e publicação do banco de dados da biodiversidade aquática no PG28, considerando metas e indicadores para sua execução - Deliberações CIF nº 279 e nº 347 (sistema de gestão de dados da Cláusula 165).

Por fim, destaca-se que a não aprovação do processo ou de parte do processo de revisão do programa PG28 não implica em qualquer atraso na gestão e execução do referido programa, haja vista a existência de versão vigente aprovada pelo CIF.

### MINUTA DE DELIBERAÇÃO

Deliberação CIF nº XXX, XX de setembro de 2021.

Reprova a nova versão do documento de Definição do Programa 28 - Conservação da Biodiversidade Aquática, em atendimento à Cláusula 203 do TTAC.

Em atenção ao TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TTAC, entre União, estados de Minas Gerais, Espírito Santo e as empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil LTDA, considerando o definido na Cláusula 203 do TTAC, Deliberação CIF nº 267, de 27 de março de 2019 e as atribuições deste órgão colegiado, o COMITÊ INTERFEDERATIVO delibera:

1. Reprovar a nova versão do documento de Definição do Programa 28 - Conservação da Biodiversidade Aquática, em atendimento à Cláusula 203 do TTAC, pelas razões expostas na Nota Técnica nº xx/2021/CTBio/DIBIO/ICMBio;
2. A Fundação Renova deverá enviar nova proposta de **indicadores de resultado** que avaliem corretamente as ações do Programa 28 (PG28), assim como também deverá criar **indicadores de processo** para as estratégias estabelecidas dentro do PG28, de forma a monitorar sua execução. Esses indicadores, inclusive, devem abordar as ações vinculadas a outros Programas e Câmaras Técnicas;
3. A Fundação Renova deverá incluir o desenvolvimento, implantação e publicação do banco de dados da biodiversidade aquática no PG28, considerando metas e indicadores para sua execução.

Belo Horizonte/MG, XX de setembro de 2021.

---

Thiago Zucchetti Carrion  
Presidente Substituto do Comitê Interfederativo

**Fernanda de Oliveira Silva**

Analista Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF

**Janaina Aparecida Batista Aguiar**

Analista Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF

**Larissa Simões**

Analista Ambiental do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

**Fadima Guimarães de Ávila Augusto**

Analista Ambiental do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

**Patrick Hemaïdam**

Analista Ambiental do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

**Frederico Drumond Martins**

Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e Coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade CTBio/CIF



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DE OLIVEIRA SILVA, Usuário Externo**, em 23/08/2021, às 12:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Janaína Aparecida Batista Aguiar, Usuário Externo**, em 23/08/2021, às 14:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fadima Guimarães de Ávila Augusto, Usuário Externo**, em 23/08/2021, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Frederico Drumond Martins, Coordenador CTBIO**, em 23/08/2021, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





Documento assinado eletronicamente por **Larissa Novaes Simões, Usuário Externo**, em 30/08/2021, às 10:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **9431784** e o código CRC **327560B5**.



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE

